

CAMINHO CERTO?

Soluções para uma transição energética justa escondem riscos para os direitos humanos, as comunidades tradicionais e até mesmo ao meio ambiente

Antecedentes

Cada vez mais se acumulam as evidências científicas de que o mundo caminha para graves efeitos adversos à medida que a temperatura da terra aumenta. Mas, apesar de a queima de combustíveis fósseis ser a principal responsável pelo aquecimento global, há pouco consenso entre os países sobre como superar a dependência de fontes de energia altamente poluidoras, como o petróleo, o carvão e o gás natural.

Foi às vésperas da COP 30, em novembro de 2025, na cidade de Belém, Pará, que o governo brasileiro chamou para si a responsabilidade de mudar essa realidade, por meio da construção de um **Mapa do Caminho para uma Transição Energética Justa e Planejada**. Em seu discurso na Cúpula dos Líderes¹, o presidente Lula fez um chamado para a necessidade de um planejamento global prevendo passos claros e mecanismos de investimento voltados ao objetivo.

O Brasil defende a ideia de que, sem esse mapa do caminho, o mundo irá falhar em conter a crise climática. Mas as soluções defendidas pelo governo brasileiro – muitas delas já postas em prática no país – escondem um histórico local controverso.

Neste *factsheet*, a **Repórter Brasil** aponta como as medidas aventadas como verdes e renováveis têm elo com denúncias de violações de direitos humanos, territoriais e ambientais no Brasil, e quais podem ser as salvaguardas adequadas para enfrentar riscos e planejar uma transição energética de fato justa.

Difíceis negociações

A COP 30 terminou sem que se chegasse a um consenso em torno da adoção de um mapa do caminho global, e sem que o fim dos combustíveis fósseis ganhasse destaque na Carta Final da Conferência. A expressão “combustíveis fósseis” não foi citada uma única vez no documento².

A presidência do evento, comandada pelo embaixador brasileiro André Corrêa do Lago, ficou com a incumbência de apresentar duas propostas de mapas do caminho antes da COP 31, que acontecerá na Turquia no final de 2026: uma para a transição energética e outra para o combate ao desmatamento³. A iniciativa, entretanto, não tem mandato oficial da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).

Nas últimas edições da Cúpula do Clima, a necessidade de enfrentar a queima de combustíveis fósseis sofreu a resistência organizada dos países produtores e importadores de petróleo, como Arábia Saudita, China e Índia. Durante a COP 30, ficou evidente a dificuldade para se chegar a um entendimento comum sobre o tema. Diante das difíceis negociações, 82 países se posicionaram a favor da criação do mapa do caminho, mas eles representam apenas 7% da produção de petróleo mundial⁴.

Em paralelo, Colômbia e Holanda irão sediar a *Primeira Conferência sobre a Transição para longe dos Combustíveis Fósseis*, a ser realizada entre 24 e 29 de abril de 2026, em Santa Marta, na Colômbia. Sem fazer parte formal do sistema ONU, o evento é apresentado como um espaço complementar, visando à superação da dependência econômica do petróleo e à reavaliação da matriz energética, com aposta no multilateralismo⁵. Na ocasião, a presidência brasileira da COP 30 pretende colher sugestões para incorporação nos mapas do caminho sob sua responsabilidade.

Internamente, o próprio Lula encomendou aos seus ministros um mapa do caminho nacional – uma “contribuição brasileira para a transição energética justa e planejada” –, a ser apresentado ainda no primeiro semestre de 2026 ao Conselho Nacional de Política Energética⁶. Sob o mote “sem trajetória não há transição”, o governo pretende chegar a um planejamento com marcos ao longo do tempo para orientar políticas públicas e destinação de recursos. O mapa do caminho global deveria seguir percurso semelhante, ainda que respeitando as especificidades e necessidades de cada país.





Energia, eletricidade e combustíveis limpos?

Ainda que não haja um rascunho disponível sobre o que está sendo desenhado pelo embaixador André Corrêa do Lago, o debate público – além de planos e programas em andamento⁷ – indica que as soluções até aqui buscam a substituição dos combustíveis fósseis por energia e combustíveis extraídos de fontes renováveis. Nesse sentido, o Brasil se apresenta como vanguarda em três frentes, ainda que esteja buscando ampliar a extração de petróleo internamente⁸ :

■ BIOCOMBUSTÍVEIS

aumento da produção etanol (de cana-de-açúcar e de milho) e de biodiesel (de soja, sebo animal, dendê, dentre outros) para o setor de transportes, inclusive destinados à aviação, grande emissora de gases do efeito estufa.

■ ELETRIFICAÇÃO

ampliação do uso de baterias e dispositivos elétricos, como carros, com expansão da mineração (minerais críticos e terras raras).

■ ENERGIA RENOVÁVEL

aumento das plantas hidrelétricas, eólicas e fotovoltaicas para geração de energia, e da construção de novas linhas de transmissão.



Foto: Fernando Martinho/Repórter Brasil

No entanto, esse caminho apresenta muitos desafios. O discurso global por uma transição energética justa contrasta com os impactos sociais e ambientais provocados localmente por atividades econômicas que integram iniciativas de transição energética. Eles atingem de forma especial povos indígenas, comunidades tradicionais e pequenos agricultores, cujas formas de vida contribuem, em muitos contextos, com a manutenção de economias de baixo impacto ambiental - e, portanto, importantes para o enfrentamento das mudanças climáticas.

Em relação às atividades extrativas, frases como “não há transição sem mineração” e “o lítio é o novo petróleo” sedimentam a ideia de que o caminho está traçado, e basta apenas segui-lo. Apesar de atraírem bilhões de dólares, faltam compromissos que limitem os impactos da mineração sobre florestas e territórios⁹. Da mesma forma, quando se trata de energia, as eólicas se expandem sem mecanismos que protejam as comunidades onde os grandes moinhos de vento são instalados¹⁰. No caso dos biocombustíveis, desmatamento, trabalho escravo e conflitos fundiários provocados pelas atividades agropecuárias contaminam a cadeia produtiva¹¹.

Iniciativa da **Repórter Brasil**, do Inesc e do PoEMAS, grupo de pesquisadores de várias universidades brasileiras, lançada em março de 2026, o Observatório da Transição Energética¹² cruzou dados de quatro tipos de empreendimentos de energia renovável (usinas eólicas, usinas fotovoltaicas, linhas de transmissão de alta tensão e processos de minerais críticos) com quatro categorias de territórios (terras indígenas, territórios quilombolas, unidades de conservação ambiental e assentamentos de reforma agrária).

Dos mais de 12 mil territórios mapeados no Brasil, 4 mil (34%) já são afetados por empreendimentos de transição energética em operação, enquanto um total de 7 mil (58%) poderá ser impactado no futuro. A Amazônia é a região mais colocada em risco por esses projetos¹³.

Biocombustíveis:

impactos das atividades agropecuárias

No Brasil, a produção de biocombustíveis é incentivada por financiamento e políticas públicas desde os anos 1970, o que colocou o país no centro da fabricação de combustíveis produzidos por meio de *commodities* agropecuárias, como a cana-de-açúcar, o milho, a soja, o dendê e o sebo bovino.

De olho nos lucros da transição energética, o setor se organiza para aumentar a produção e conseguir ainda mais investimentos públicos. Em 2024, quando o Brasil produziu 9,7 bilhões de litros de biodiesel, o Congresso Nacional aprovou a Lei do Combustível do Futuro, de incentivo à produção e com regras para ampliar o consumo¹⁴. Em 2026, frentes parlamentares ruralistas formaram a “Coalizão pelos Biocombustíveis”, que já divulgou seu próprio mapa do caminho¹⁵.

A SAFRA 2024/2025 NO BRASIL EM NÚMEROS



Nas fazendas onde as matérias-primas dos biocombustíveis são produzidas já foram constatadas diversas violações a direitos humanos e de povos e comunidades tradicionais, além de prejuízos à biodiversidade e à produção de alimentos. Além disso, estudos indicam que a expansão das lavouras sobre antigas pastagens faz com que as fazendas de gado avancem em direção às florestas, provocando mais desmatamento²¹.

CASOS DE TRABALHO ESCRAVO NA CANA VOLTAM A CRESCER

Atrás apenas dos Estados Unidos, o Brasil é o segundo maior fabricante de etanol do planeta, responsável por 27% da produção global em 2025²², ano em que o país produziu 37,1 bilhões de litros de etanol de cana e de milho, um recorde.

Em 2007, quando se atingiu o pico de 3.107 trabalhadores encontrados pelas autoridades brasileiras em situação de trabalho escravo na cana-de-açúcar, a mecanização da colheita era em torno de 25%. Hoje, 92,4% da colheita é mecanizada²³. Recentemente, os casos de trabalho escravo na cana voltaram a crescer, com flagrantes concentrados no plantio manual, realizado em grande parte por trabalhadores contratados por empresas terceirizadas. De acordo com dados compilados pela Comissão Pastoral da Terra, nos últimos cinco anos, entre 2021 e 2025, 1.648 trabalhadores foram encontrados em situação de trabalho escravo na cana, em 37 casos identificados²⁴.

TRABALHO ESCRAVO NA CANA DE AÇÚCAR

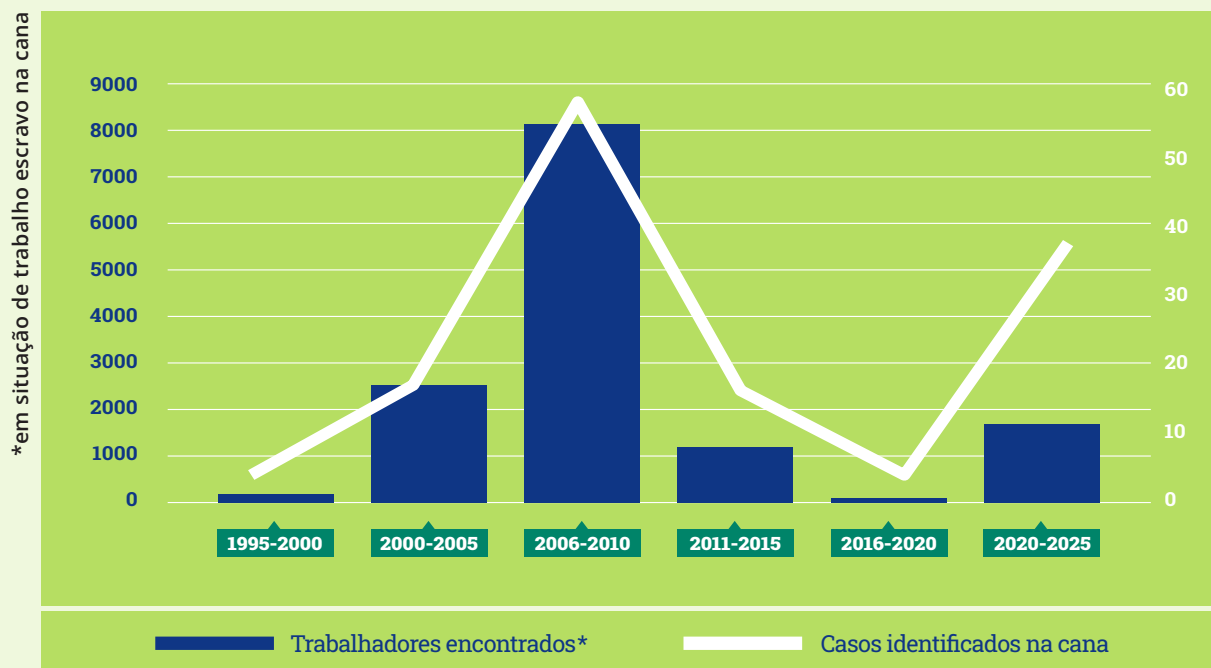


Foto: Freepik



Um desses casos envolveu 212 trabalhadores contratados, em março de 2023, por uma empresa terceirizada para plantar cana para as usinas Tropical Bioenergia e Itumbiara Bioenergia, pertencentes na época ao grupo BP Bunge Bioenergia – parceria entre a americana Bunge e a britânica British Petroleum (BP)²⁵. Eles também trabalhavam para outros três fornecedores dessas mesmas usinas. As fazendas estavam localizadas em cinco municípios nos estados de Goiás e Minas Gerais²⁶.

De acordo com a fiscalização do governo federal, os trabalhadores estavam em condições degradantes, em casas transformadas em alojamentos precários, sem manutenção, com vazamento de água e paredes sujas, úmidas e mofadas. A água do banho saía de canos ou de chuveiros sem aquecimento. Os auditores colheram fotografias e relatos de que os empregados foram atingidos por agrotóxicos lançados de avião sobre a lavoura, resultando em coceira, vômito e dores de cabeça. A fiscalização classificou as condições como incompatíveis com a dignidade humana²⁷.

Posteriormente, a **Repórter Brasil** constatou que a BP Bunge Bioenergia tinha entre seus principais compradores internacionais de etanol empresas nos Estados Unidos, no Japão, na Coreia e na Europa, incluindo as operadas pela própria British Petroleum no exterior. Também acessou dados alfandegários, relativos a exportações em 2022, que atestam que embarques de etanol destinados ao porto de Roterdã, na Holanda, foram destinados à BP Oil International²⁸.

Trabalho análogo ao de escravo

De acordo com o artigo 149 do Código Penal brasileiro, os elementos que caracterizam o trabalho escravo contemporâneo são:

condições degradantes de trabalho

situações de trabalho incompatíveis com a dignidade humana, caracterizadas pela violação de direitos fundamentais, que coloquem em risco a saúde e a vida do trabalhador

jornada exaustiva

situação em que o trabalhador é submetido a esforço excessivo ou sobrecarga de trabalho que acarreta danos à sua saúde, risco de vida e prejuízo aos vínculos familiares e sociais

trabalho forçado

situação em que a pessoa é mantida no serviço por meio de fraudes, isolamento geográfico, retenção de documentos, ameaças ou violências físicas e psicológicas

servidão por dívida

situação em que o trabalhador é obrigado a contrair ilegalmente um débito para deslocamento, alimentação, alojamento, equipamentos de proteção ou qualquer outra despesa, ficando impedido de deixar o serviço até quitar a dívida

Também em 2023, 32 trabalhadores foram resgatados do trabalho escravo pelas autoridades brasileiras no plantio de cana para a Colombo Agroindústria, no estado de São Paulo. Eles haviam sido contratados por meio de uma empresa terceirizada. A **Repórter Brasil** consultou documentos de comercialização de títulos e letras de créditos de agronegócio e constatou que essa usina tinha histórico de fornecimento de etanol para a Raízen (joint-venture da Cosan e da Shell). Os fiscais do trabalho identificaram que os trabalhadores enfrentavam situação de servidão por dívidas²⁹.

Dois meses depois, outros 11 trabalhadores foram resgatados em uma área arrendada pela Colombo Agroindústria, também empregados por uma empresa terceirizada. Eles foram, segundo a fiscalização, submetidos a condições degradantes de trabalho, não tinham acesso a banheiros e água potável, e dormiam em colchões velhos sobre o chão ou camas improvisadas³⁰.

SOJA AVANÇA SOBRE O CERRADO E COMUNIDADES CAMPONESAS

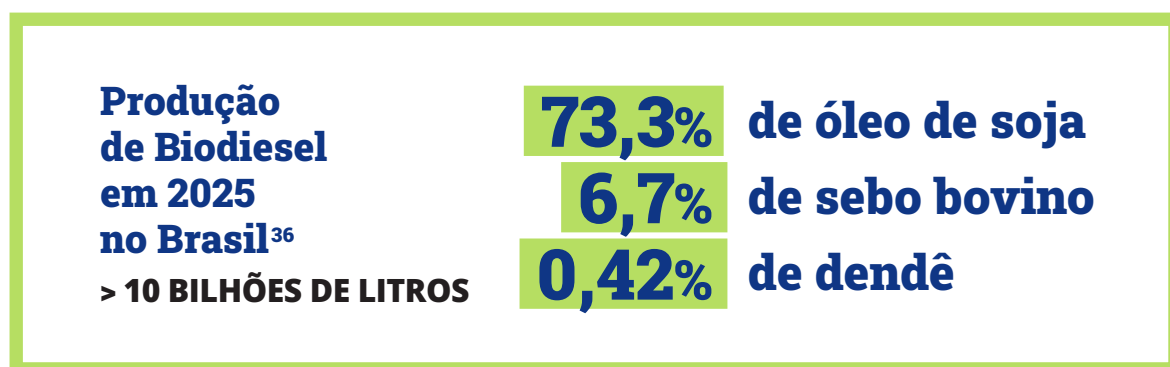
Se considerado o desmatamento, a atividade agropecuária é a principal responsável pela emissão de gases de efeito estufa no Brasil³¹. Um problema que afeta não só a floresta amazônica, mas também outros biomas brasileiros – como o Cerrado –, cuja perda da vegetação nativa também contribui em grande escala para as mudanças climáticas. Estudos mostram inclusive que, nos últimos anos, a perda de vegetação no Cerrado tem superado a da Amazônia em área desmatada³².

Foto: Fernando Martinho/Repórter Brasil



O Cerrado é a savana conhecida como a “caixa d’água do Brasil”, por abrigar as nascentes de oito das 12 bacias hidrográficas brasileiras, ocupando 25% do território nacional. Suas árvores de raízes profundas são responsáveis por abastecer três importantes aquíferos do país: o Guarani, o Urucua e o Bambuí. É a savana mais sociobiodiversa do planeta, com aproximadamente 5% de todas as espécies da Terra, cerca de 600 povos indígenas e mais de 6 mil comunidades rurais e tradicionais³³.

É sobre esse bioma que lavouras de soja têm se expandido. Nos últimos 20 anos, a área plantada de soja no Cerrado saltou de 11,3 milhões de hectares, em 2005, para 19,9 milhões em 2024³⁴. A projeção é que o Brasil produza 191 milhões de toneladas de soja em 2035³⁵, um aumento de quase 40% em relação a hoje. Denúncias de organizações locais no Cerrado apontam que essa expansão amplia a especulação imobiliária, a grilagem de terras e a invasão de terras públicas e de comunidades, acirrando os conflitos fundiários.



A **Repórter Brasil** revelou que, em 2023, três fazendas de soja fornecedoras da Bunge, localizadas no Matopiba – fronteira agrícola nos estados do Maranhão, Piauí, Bahia e Tocantins –, desmataram, juntas, cerca de 11 mil hectares, com derrubadas de 6,8 mil hectares em áreas de preservação obrigatória³⁷.

Em Formosa do Rio Preto, no oeste da Bahia, situa-se um caso emblemático: o da Agronegócio Estrondo. Esse mega empreendimento é formado por 22 fazendas em condomínio que ocupam 305 mil hectares, uma área maior que as das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro juntas³⁸. Bunge e Cargill – ambas empresas produtoras de biodiesel – possuem silos dentro do complexo.

A Estrondo acumula denúncias de grilagem de terras, violência contra geraizeiros, desmatamento ilegal e trabalho escravo³⁹. Em 1999, a área foi incluída no “Livro Branco da Grilagem de Terras no Brasil”, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)⁴⁰, que trazia um diagnóstico institucional sobre a situação fundiária brasileira no final do século passado e incluía casos concretos de grilagem, mencionando entre eles o das terras que deram origem ao condomínio⁴¹.

Em 2020, o Tribunal de Justiça da Bahia negou o último recurso apresentado pela Estrondo em processo que confirmou a posse coletiva das comunidades sobre 43 mil hectares reivindicados pela empresa⁴². Relatos de intimidações a moradores locais persistiram por anos, com invasão de casas, sequestros, tortura, confisco de gado, cercamentos, restrição de locomoção e disparos de arma de fogo por agentes de segurança privada, que contavam com apoio da polícia local⁴³.

COMBUSTÍVEL DE SEBO PODE CONTRIBUIR PARA O AQUECIMENTO GLOBAL

O sebo bovino é considerado uma matéria-prima “verde” na produção de biodiesel. Ele é extraído a partir de restos e carcaças, com custo relativamente baixo, e classificado como um resíduo da indústria da carne, o que gera distorções na avaliação de seu impacto socioambiental.

Com base na Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio)⁴⁴, instituída em 2017 no Brasil, os frigoríficos podem gerar créditos de descarbonização ao usarem sebo animal para fins de produção de combustíveis, sem que seja necessário contabilizar a pegada de carbono das etapas anteriores ao abate. Assim, são desconsiderados problemas socioambientais da cadeia produtiva, como grilagem, desmatamento e incêndios florestais atrelados à criação de bois⁴⁵.

A pecuária é o principal vetor do desmatamento no Brasil, ocupando lugar de destaque nas emissões nacionais de gases do efeito estufa⁴⁶. Em 2024, o país seguiu no posto de detentor do maior rebanho bovino comercial do mundo, com mais de 238 milhões de cabeças⁴⁷. Em 2023, estima-se que as pastagens ocupavam 164,5 milhões de hectares⁴⁸, mais de 19% da área total do Brasil, enquanto as matas nativas ocupavam quase 60% do território brasileiro⁴⁹. Somente o sebo para o mercado interno promoveu um faturamento de R\$ 3 bilhões para a indústria da carne⁵⁰.

Foto: Bruno Kelly/Amazônia Real



As principais empresas produtoras de biodiesel de sebo são a JBS Biodiesel e a Minerva, com certificados que possibilitam o comércio de créditos de descarbonização. Ambas já foram associadas a casos de crimes ambientais reiterados em suas cadeias produtivas, revelados pela imprensa, por diversas organizações e pelo poder público⁵¹.

Eletrificação: impactos da mineração

Na busca por substitutos que reduzam a dependência do petróleo, minerais críticos e terras raras são “estrelas” da transição energética. Eles são usados, por exemplo, em baterias de carros e eletrônicos, painéis solares e turbinas eólicas, mas estão concentrados em alguns países, além de possuírem difícil exploração. O *boom* das empresas de tecnologia e das máquinas de guerra também amplia seu consumo.

Apurações da **Repórter Brasil** mostram que, em território brasileiro, as pesquisas relacionadas, autorizações de lavra e sua exploração incidem sobre territórios indígenas, de comunidades tradicionais e de reforma agrária, além de unidades de conservação. Desmatamento e contaminação da água e do solo são alguns dos impactos socioambientais associados à mineração no país⁵².



Foto: Marizilda Cruppe/Greenpeace

MINERAÇÃO AVANÇA SOBRE OS POVOS DA AMAZÔNIA

Somente o lítio, usado em baterias, é responsável por 53 requerimentos de mineração na Amazônia Legal brasileira – 90% deles registrados a partir de 2022. Desse total, 29 requerimentos se sobrepõem ou estão a menos de dez quilômetros de 21 áreas protegidas – cinco terras indígenas, oito unidades de conservação e oito assentamentos da reforma agrária – aumentando a pressão por desmatamento e a possibilidade de conflitos com as comunidades. No Brasil todo, o número chega a 4,4 mil processos minerários de lítio ativos⁵³.

Vizinha à Terra Indígena Waimiri Atroari, no Amazonas, está a empresa Mineração Taboca, uma das maiores produtoras de estanho do Brasil. A mineradora é investigada pelo Ministério Público Federal pela contaminação, com chumbo e arsênio, de um igarapé que alimenta o principal rio do território. Os indígenas relatam receio de usar a água e morte de tartarugas e peixes, o que compromete seus meios de vida⁵⁴.

A **Repórter Brasil** apurou, com base em documentos alfandegários, que o estanho produzido ali entrou na cadeia de suprimentos da Tesla, nos Estados Unidos, e da Toyota, no Japão. A empresa é habilitada para fornecer para gigantes de tecnologia, como Amazon, Apple, Microsoft, Samsung e Nvidia⁵⁵.

Esse é apenas um exemplo do que pode acontecer em grande escala. Levantamento da **Repórter Brasil** identificou um total de 7.718 requerimentos ativos para 16 minerais críticos em toda a Amazônia, mais da metade já em fase de pesquisa. Do total, 24% estão cercado 45 povos indígenas em isolamento, posicionados em até 40 quilômetros das unidades de conservação e das terras indígenas onde vivem. Os requerimentos foram realizados por 567 atores, entre eles empresas, cooperativas de mineradores e pessoas físicas⁵⁶.

Alguns dos territórios listados já sofrem com desmatamento e garimpo ilegal. Entre os atingidos estão, por exemplo, a Terra Indígena Yanomami, em Roraima, onde vivem isolados os Moxihatëtëa (228 processos minerários de estanho, nióbio, tântalo e outros elementos), e a Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, em Rondônia, onde vivem cinco povos isolados (224 processos minerários).

Na Amazônia Legal brasileira, quilombolas também estão na área de influência da mineração. Mapeamento da **Repórter Brasil**⁵⁷ mostra que ao menos 128 requerimentos estão sobrepostos ou num raio de dez quilômetros de 31 territórios quilombolas. Desse total, 45 estão em operação, com impacto em três territórios⁵⁸.

Com 37 requerimentos, um dos principais interessados em explorar novas áreas é a Mineração Rio do Norte (MRN), que extrai bauxita em Oriximiná, no Pará, desde a década de 1970. A mineradora está associada a um conflito bastante antigo com as comunidades quilombolas da região, com evidências documentando o despejo, nas décadas de 1970 e 1980, de milhões de toneladas de rejeitos nas águas do Lago do Batata, onde as famílias nadavam e pescavam⁵⁹.

Hoje, a empresa opera um complexo de 25 barragens de rejeitos que ocupa a Floresta Nacional Saracá-Taquera. As barragens estão a menos de dois quilômetros do quilombo Alto Trombetas II⁶⁰, onde vivem aproximadamente 1,2 mil pessoas⁶¹.

Assentados da reforma agrária são outro grupo afetado. Somente na Província Mineral de Carajás, no Pará, área com intenso histórico de mineração e onde fica a maior mina de ferro em operação do mundo, há 676 requerimentos em busca de cobre, manganês e níquel, liderados pela Vale – 43% deles sobrepostos a 82 assentamentos de reforma agrária⁶². A maior parte dos requerimentos aconteceu nos últimos cinco anos.

Também no Pará, causaram apreensão entre os moradores do Projeto de Assentamento Tucumã registros recentes apontando grande quantidade de peixes mortos no rio Carapanãzinho. Membros da comunidade suspeitam que o rio tenha ficado poluído pelas atividades da empresa Ero Brasil (Mineração Caraíba), subsidiária da canadense Ero Copper. Eles também relatam poeira constante e danos estruturais às casas por conta de explosões relacionadas à atividade mineradora⁶³.

Renováveis: impactos das eólicas e linhas de transmissão

O Brasil destaca-se no cenário das energias renováveis, com 87% de toda a sua matriz energética proveniente de fontes alternativas aos combustíveis fósseis. Sua malha elétrica é abastecida principalmente por centrais hidrelétricas que, historicamente, acumulam diversos problemas socioambientais: alagamento de áreas de floresta, desmatamento, mudanças no regime de pesca, aumento de doenças (como a dengue e a malária), deslocamento de comunidades rurais e urbanas, prejuízo ao modo de vida de comunidades tradicionais (como pescadores, vazanteiros, ribeirinhos e extrativistas) e indígenas, dentre outros⁶⁴.



Na última década, cresce no país a implantação de energia eólica, favorecida pela regulação em legislações recentes, como a que trata do potencial energético *offshore*⁶⁵ e a que institui o marco legal do hidrogênio de baixo carbono⁶⁶, ambas de 2023. Os parques eólicos têm sido instalados em terra e no mar, especialmente na região Nordeste. Bahia e Rio Grande do Norte lideram esse cenário, respondendo por 60% do total⁶⁷.

Nos locais onde chegam, as grandes hélices responsáveis por gerar energia a partir da força motriz dos ventos provocam um barulho que gera consequências perturbadoras para a saúde mental e física nas comunidades que arrendaram as terras para as empresas eólicas. Pesquisadores, organizações sociais e advogados avaliam que há cláusulas abusivas nesses contratos, com restrição de locomoção e cercamento de áreas de roças, de criação de animais e de uso comum, pagamentos irrisórios pelo arrendamento das terras e décadas de vigência, em alguns casos com renovação automática⁶⁸.

Na Bahia, o maior parque eólico e solar do país, chamado Complexo Manacá, da Quinto Energy, conseguiu licença e autorizações para instalação nos municípios de Jaguarari e Campo Formoso, em uma área prioritária para a conservação da Caatinga e de remanescentes de Mata Atlântica e Cerrado. Além da presença de espécies ameaçadas, ali também se localizam 63 nascentes de importantes rios que abastecem um milhão de pessoas no sertão, área seca do Nordeste brasileiro. Apesar da previsão de 400 torres eólicas e de 476 mil placas solares, o projeto recebeu licença prévia sem obrigatoriedade do Estudo de Impacto Ambiental (EIA-Rima)⁶⁹.

No caso das *offshores*, uma das maiores preocupações é o comprometimento da pesca, que pode ser proibida em um raio de 500 metros das plataformas, com potenciais impactos para a subsistência de comunidades que dependem do mar para viver.

Além dos problemas provocados diretamente por parques eólicos, fazendas solares e hidrelétricas, as chamadas energias renováveis preveem a expansão de linhas de transmissão, cuja construção também incide sobre florestas, territórios de povos indígenas, comunidades tradicionais e assentamentos de reforma agrária⁷⁰.

Recomendações

Durante e após a **COP 30**, diversas organizações sociais do Brasil divulgaram cartas e recomendações em relação a uma proposta de **Mapa do Caminho para uma Transição Justa e Planejada**. Pode-se dizer que há pelo menos duas perspectivas gerais que norteiam a posição dessas organizações:

- 1** Uma, no campo mais institucional, segue a linha de que os minerais críticos e as fontes renováveis de energia são necessários para uma transição energética, assim como a expansão das linhas de transmissão, mas é imperativo respeitar os direitos das comunidades impactadas;
- 2** Outra, no campo mais popular, postula que a transição energética, tal como vem sendo defendida, não promove uma efetiva transformação do modelo econômico que gera as mudanças climáticas. Neste caso, fala-se em recusa à invasão de territórios, enfrentamento às falsas soluções de mercado e à apropriação privada dos bens comuns, inclusive minérios e fontes de energia

Nesta seção, será apresentada uma síntese das principais demandas e recomendações de organizações brasileiras que manifestaram suas críticas e preocupações em relação à proposta de criação de um Mapa do Caminho para uma Transição Justa e Planejada, tais como Observatório do Clima, WWF Brasil, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), representantes do movimento sindical e a Cúpula dos Povos⁷¹:

Combustíveis fósseis

FIM DA EXPLORAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS

proibição total do uso de *fracking*, técnica de fraturamento hidráulico.

PETRÓLEO

estabelecer zonas de exclusão para exploração de petróleo em áreas ecologicamente sensíveis, como a foz do rio Amazonas; estabelecer cronograma para zerar os leilões de petróleo; calcular o mínimo de produção de petróleo nos próximos anos para que não haja extração além do “necessário”.

CARVÃO

Descartar o uso do carvão mineral o quanto antes da matriz energética, de forma gradual: não construir mais usinas termelétricas a carvão; zerar a produção de carvão para eletricidade nesta década, permitindo ainda o uso industrial; descartar da matriz elétrica e do uso industrial nas próximas décadas. Além disso, recuperar áreas degradadas com a mineração do carvão.

GÁS

não deve estar entre as soluções da transição, seja no setor elétrico, seja no setor industrial.

Energia e descarbonização

HIDRELÉTRICAS

otimização das plantas existentes, sem novos reservatórios.

BIOCOMBUSTÍVEIS

ordenamento territorial e recuperação de áreas degradadas, estabelecimento de parâmetros de eficiência produtiva, estímulo à pesquisa, e criação de critérios de adicionalidade climática.

TRANSPORTE

menor dependência do modo rodoviário, priorização do transporte público coletivo, e planejamento urbano.

METAS SETORIAIS

estabelecer metas quantificáveis e compulsórias para descarbonização e transformação tecnológica, possibilitando responsabilização institucional e setorial, não somente na produção como também no consumo.

Povos e comunidades locais

TERRA

Demarcação e proteção de territórios indígenas e titulação de territórios tradicionais; reforma agrária popular e fomento à agroecologia; não à mineração em territórios indígenas e desestímulo a qualquer empreendimento que incida sobre territórios tradicionais.

COMUNIDADES IMPACTADAS

garantir salvaguardas socioambientais e o cumprimento da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho; garantir participação ativa e ampla da sociedade civil, que reflita as realidades vividas pelos mais afetados, com protagonismo de povos indígenas e comunidades tradicionais e locais.

TRABALHADORES

integrar os trabalhadores do setor fóssil à transição energética, com estímulo à criação de empregos em atividades que não representem riscos, com qualificação e outras medidas.

Governança e financiamento

GOVERNANÇA

fortalecer os fóruns e espaços articuladores do Estado e da sociedade civil relacionados à transição energética; garantir transparência, participação popular e mecanismos de controle e monitoramento social; exclusão e limitação de contribuições de indivíduos e organizações ligados à produção de combustíveis fósseis na construção do mapa do caminho.

FINANCIAMENTO

direcionar *royalties* de extração, investimentos públicos e subsídios hoje destinados aos combustíveis fósseis à transição energética justa e a uma economia de baixo carbono; criar fundos e programas de desenvolvimento destinados a regiões dependentes da cadeia de petróleo; garantir a equidade e a justa distribuição de custos, benefícios e oportunidades entre os países e as comunidades; garantir financiamento direto e adaptado a povos indígenas e comunidades tradicionais.



O que dizem as empresas

BP Bunge Bioenergia

Em resposta a questionamentos enviados em 2024 pela **Repórter Brasil**, a BP Bunge Bioenergia afirmou que, assim que tomou conhecimento do caso de trabalho escravo envolvendo um prestador de serviços terceirizado, “agiu rapidamente em defesa dos trabalhadores”, arcando com os pagamentos das indenizações dos resgatados. A companhia pontuou também que, depois do episódio, realizou mudanças nos processos de plantio e tratos culturais, “internalizando e automatizando a operação para a realização destas atividades”.

A RESPOSTA COMPLETA PODE SER ACESSADA EM: https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2024/12/Monitor_Etanol_PT.pdf.

Bunge

À reportagem da **Repórter Brasil** em 2023, a Bunge afirmou, sem comentar casos específicos, que “mantém rígido controle sobre critérios socioambientais em suas operações” e que monitora, com tecnologia de satélite, mais de 12 mil fazendas em áreas prioritárias para a empresa na América do Sul. Ainda anunciou que, a partir de 2025, bloquearia da cadeia de fornecimento da companhia compras de áreas abertas por supressão vegetal, mesmo que autorizada. Sobre a Estrondo, a Bunge informou em 2019 à **Repórter Brasil** que “o silo da empresa não faz parte da área do Agronegócio Condomínio Cachoeira do Estrondo” e que não mantém relações comerciais com a

administração do condomínio. Afirmou também que 99% do volume de soja originada na região de Formosa do Rio Preto provém de compras diretas.

LEIA OS POSICIONAMENTOS COMPLETOS: <https://reporterbrasil.org.br/2023/05/integradas-respostas-da-bunge-grupo-franciosi-agro-ipe-agroindustrial-grupo-insolo-condominio-milla-e-agricola-alvorada/> e <https://reporterbrasil.org.br/2019/12/integra-das-respostas-de-bunge-e-cargill-sobre-compras-do-agronegocio-estrondo/>.

Cargill

A Cargill informou à **Repórter Brasil** em 2019 que a Agronegócio Estrondo “nunca foi fornecedora de soja da empresa”. “A Cargill opera um armazém de grãos na região chamada Estrondo, a cerca de 60 km da área de conflito e do qual não constam acusações legais”, diz a nota, destacando que “quaisquer compras de soja na região de Estrondo vêm de produtores arrendatários que adquiriram direitos legais de uso da terra”.

VEJA A RESPOSTA COMPLETA: <https://reporterbrasil.org.br/2019/12/integra-das-respostas-de-bunge-e-cargill-sobre-compras-do-agronegocio-estrondo/>.

Colombo Agroindústria

Procurada pela **Repórter Brasil** em 2024, a Colombo Agroindústria afirmou que foi prejudicada, à época, pela “divulgação precipitada de informações que se revelaram falsas após as investigações cível e criminal, que não constataram práticas de trabalho análogo à escravidão” na empresa prestadora de serviços. Em novo contato no mesmo ano, a **Repórter Brasil** pontuou que a autuação administrativa que responsabiliza a empresa terceirizada por trabalho escravo seguia vigente. A usina então respondeu que não possui mais contrato com a prestadora de serviços. A empresa não comentou sobre o segundo caso de trabalho escravo no cultivo de cana-de-açúcar para a companhia, que resultou no resgate de 11 trabalhadores em Santa Rita d’Oeste (SP).

A RESPOSTA COMPLETA PODE SER ACESSADA EM: https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2024/12/Monitor_Etanol_PT.pdf.

Ero Brasil

A ERO BRASIL NÃO RESPONDEU À REPORTAGEM PUBLICADA EM 2026 PELA REPÓRTER BRASIL NESTE LINK: <https://reporterbrasil.org.br/2026/02/corrída-por-minerais-criticos-avanca-em-carajas-e-pressiona-areas-de-reforma-agraria/>.

Agronegócio Estrondo

Consultada em duas ocasiões pela **Repórter Brasil** em 2019, a Agronegócio Estrondo negou qualquer prática ilegal ou de violência no contexto das denúncias. A empresa afirmou que a segurança contratada atuava para proteger áreas privadas e o patrimônio da empresa, sem o bloqueio de vias públicas. A empresa alegou ter sido alvo de invasões e ataques ao justificar as medidas de segurança, e sustentou que atua dentro da

legalidade e com respeito às decisões judiciais sobre a área.

VEJA OS POSICIONAMENTOS NOS SEGUINTE LINKS: <https://reporterbrasil.org.br/2019/12/integra-da-resposta-da-agronegocio-estrondo/> e <https://especial.reporterbrasil.org.br/estrondo/>.

JBS

Questionada pela **Repórter Brasil** sobre a sua atuação no setor de biocombustíveis em 2023, a JBS explicou que “conta com uma política de compra responsável de matéria-prima para seus fornecedores diretos” e que implementou um programa para cobrar regularidade socioambiental dos “fornecedores de seus fornecedores”. Disse ainda que, “se não fosse essa utilização [biodiesel], esses resíduos seriam descartados, com prejuízo para a sociedade”.

SOBRE ISSO, LEIA O POSICIONAMENTO COMPLETO: https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2023/01/Monitor_SeboBovino_POR.pdf.

Em suas respostas às reportagens da **Repórter Brasil** entre 2023 e 2025, a JBS afirmou que atua com políticas e sistemas de controle de compra que buscam conformidade socioambiental em sua cadeia de fornecimento, incluindo o bloqueio de fornecedores identificados em situações de irregularidade, como os incluídos na lista suja do trabalho escravo. A empresa sustentou que, quando há autuações ou denúncias envolvendo fornecedores diretos ou terceirizados, adota medidas como a suspensão de contratos e o bloqueio de empresas envolvidas, reforçando seus protocolos de auditoria e monitoramento.

AS POSIÇÕES DA EMPRESA PODEM SER ACESSADOS NOS SEGUINTE LINKS:

<https://reporterbrasil.org.br/2025/10/posicionamento-da-abiec/>;

<https://reporterbrasil.org.br/2025/04/posicionamento-jbs-compra-bois-piratas-amazonia/>;

<https://reporterbrasil.org.br/2024/10/integra-jbs-bancos-mudanca-car/>;

<https://reporterbrasil.org.br/2024/04/pecuarista-abasteceu-jbs-multado-desmatar-agente-laranja/>;

<https://reporterbrasil.org.br/2023/12/integra-da-resposta-enviada-pela-jbs/>;

<https://reporterbrasil.org.br/2023/10/integra-dos-posicionamentos-da-jbs-e-minerva-foods/>;

<https://reporterbrasil.org.br/2023/10/nota-da-jbs-sobre-5o-ciclo-de-auditorias-tac-da-carne/>.

Sobre a Operação Carne Fria, a JBS afirmou à Reuters em 2025 que não compra carne da fazenda apontada pelo Ibama.

VEJA NESTE LINK: <https://www.reuters.com/sustainability/climate-energy/brazil-probes-jbs-other-beefpackers-buying-cattle-deforested-land-2025-08-29/>.

Mineração Rio do Norte (MRN)

Questionada pela **Repórter Brasil** em 2026, a MRN afirmou, em nota, que suas operações geram milhares de empregos ao longo da cadeia do alumínio no país,

centenas de milhares de reais em impostos e “projetos socioambientais essenciais ao desenvolvimento das comunidades em sua área de influência”. Informou ainda que as comunidades quilombolas vivem em um “contexto marcado pela invisibilidade histórica e omissões recorrentes do Estado”, e que a empresa exerce “papel central e estruturante na preservação de uma extensa área de floresta tropical na Amazônia Legal, ao mesmo tempo em que atua de forma decisiva na distribuição e no compartilhamento da riqueza gerada por suas operações”.

LEIA A NOTA COMPLETA: <https://reporterbrasil.org.br/2026/03/manifestacoes-enviadas-para-reportagem-sobre-a-exploracao-de-bauxita-em-oriximina-e-os-impactos-em-quilombos/> .

Mineração Taboca

Em nota enviada à **Repórter Brasil** em 2026, a Mineração Taboca afirma que “não há evidências que indiquem nexos de causalidade” da contaminação com suas operações e diz que o relatório de análises químicas “apresenta lacunas metodológicas que comprometem a reprodutibilidade de informações, além de inconsistências técnicas, o que demanda aprofundamento para conclusão definitiva”.

ACESSE A NOTA NA ÍNTEGRA: <https://reporterbrasil.org.br/2026/03/integra-da-resposta-da-mineracao-taboca-waimiri-atroari/>.

Minerva

Procurada pela **Repórter Brasil** em 2023, a Minerva disse, sobre os biocombustíveis, que é a “primeira companhia do setor a avançar com ações para avaliação da cadeia de fornecedores indiretos” e elencou medidas adotadas para reduzir as emissões de suas atividades.

LEIA O POSICIONAMENTO COMPLETO: https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2023/01/Monitor_SeboBovino_POR.pdf.

Nas respostas publicadas pela **Repórter Brasil** entre 2021 e 2024, a Minerva afirmou manter um sistema de monitoramento de fornecedores baseado em rastreabilidade geoespacial e checagem de conformidade ambiental, trabalhista e fundiária, e que não adquire gado proveniente de áreas com desmatamento ilegal, embargos ambientais, sobreposição com terras indígenas ou uso de trabalho escravo. A empresa declarou que bloqueia fornecedores quando identifica irregularidades. A Minerva também reforçou sua adesão a iniciativas setoriais e internacionais de sustentabilidade e combate ao trabalho escravo, como o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, defendendo que suas operações seguem critérios de conformidade legal e auditoria contínua.

ACESSE OS POSICIONAMENTOS NOS SEGUINTE LINKS:

<https://reporterbrasil.org.br/2024/09/integra-dos-posicionamentos-de-marfrig-minerva-jbs-gpa-sendas-e-carrefour/>;

<https://reporterbrasil.org.br/2023/10/integra-dos-posicionamentos-da-jbs-e-minerva-foods/>;

<https://reporterbrasil.org.br/2022/11/integra-dos-posicionamentos-de-bnp-paribas-marfrig-jbs-minerva-societe-generale-bunge-e-credit-agricole/>;
<https://reporterbrasil.org.br/2021/06/integra-da-resposta-da-minerva/>;
<https://reporterbrasil.org.br/2022/07/integra-dos-posicionamentos-de-jbs-marfrig-minerva-e-banco-interamericano-de-desenvolvimento/>.

Quinto Energy

Por telefone, a assessoria de imprensa da Quinto Energy afirmou à **Repórter Brasil** em 2024 que realizou um cuidadoso Estudo de Médio Impacto Ambiental, conforme determinado pelo governo do estado da Bahia, com técnicos em campo avaliando as mais diversas possibilidades de impacto do empreendimento.

VEJA NA REPORTAGEM: <https://reporterbrasil.org.br/2024/06/bahia-aprova-megaprojeto-eolicas-sem-estudo-completo-impacto-ambiental/>.

Raízen

A Raízen informou à **Repórter Brasil** em 2024 que acompanha processos e avalia constantemente a situação de seus parceiros de acordo com o seu código de conduta de fornecedores. A empresa também afirmou que “repudia quaisquer situações de desrespeito à legislação trabalhista e às normas de saúde e segurança do trabalho, e espera de seus fornecedores e parceiros comerciais o cumprimento da legislação aplicável às suas atividades e a adoção das melhores práticas de mercado”.

O POSICIONAMENTO COMPLETO PODE SER ACESSADO EM: https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2024/12/Monitor_Etanol_PT.pdf.

Vale

Questionada pela **Repórter Brasil** sobre os impactos da mineração nos assentamentos de reforma agrária em 2026, a Vale afirmou que “a concessão de um direito minerário não significa a efetiva concretização de um projeto, cuja implementação depende da viabilidade social, ambiental, jurídica, regulatória, técnica e econômica”. A mineradora disse ainda que os assentamentos “são instalados em imóveis rurais desapropriados, adquiridos ou revertidos ao patrimônio público por não cumprirem sua função social” e que “cumpre a legislação brasileira aplicável ao tema”. A empresa não respondeu como atua para mitigar os impactos nos assentamentos de reforma agrária.

VEJA NA REPORTAGEM: <https://reporterbrasil.org.br/2026/02/corrida-por-minerais-criticos-avanca-em-carajas-e-pressiona-areas-de-reforma-agraria/>.

Notas

- 1 Discurso do presidente Lula na abertura da Cúpula de Líderes da COP30, em Belém (PA): <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2025/11/discurso-do-presidente-lula-na-abertura-da-sessao-plenaria-da-cupula-do-clima-em-belem-pa>
- 2 Global Mutirão: Uniting humanity in a global mobilization against climate change: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/Mutir%C3%A3o_cop30.pdf
- 3 Mapa do Caminho da Presidência da COP30 pela Transição para o Afastamento dos Combustíveis Fósseis de Forma Justa, Ordenada e Equitativa (“transitioning away from fossil fuels in a just, orderly and equitable manner”, parágrafo 28.d/GST1); Mapa do Caminho da Presidência da COP30 pelo Fim e pela Reversão do Desmatamento e da Degradação Florestal até 2030 (parágrafos 33 e 34/GST1). COP30 Executive Report: <https://cop30.br/pt-br/relatorio-executivo-da-cop30>.
- 4 The Guardian, Brazilian president will take fossil fuel phase-out plan to G20 summit: <https://www.theguardian.com/world/2025/nov/20/brazilian-president-fossil-fuel-transition-roadmap-g20-summit>
- 5 Transitioning away from Fossil Fuels: <https://transitionawayconference.com/>
- 6 DOU: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/despacho-do-presidente-da-republica-673667496>
- 7 Plano Clima, Plano Nacional de Transição Energética, Plano de Transformação Ecológica, Nova Indústria Brasil, Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, Lei do Combustível do Futuro (Lei nº 14.993/2024), Lei sobre o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (Lei nº 15.042/2024), Lei do Hidrogênio de Baixa Emissão (Lei nº 14.948/2024), Marco Legal das Eólicas Offshore (Lei nº 15.097/2025), entre outros.
- 8 Repórter Brasil, Brasil promete energia limpa na COP, mas amplia produção a carvão: <https://reporterbrasil.org.br/2022/10/brasil-promete-energia-limpa-na-cop-mas-amplia-producao-a-carvao/>; Repórter Brasil, Amazônia tem área indígena do tamanho do Maranhão afetada por petróleo, diz estudo: <https://reporterbrasil.org.br/2025/11/amazonia-tem-area-indigena-do-tamanho-maranhao-afetada-por-petroleo/>
- 9 Repórter Brasil, Boom de minerais críticos atrai bilhões de dólares, mas ignora ambiente e direitos humanos: <https://reporterbrasil.org.br/2025/12/minerais-criticos-atraem-bilhoes-dolares-mas-ignoram-ambiente-direitos-humanos/>
- 10 Repórter Brasil, RB Investiga #7 - Eólicas: <https://reporterbrasil.org.br/2024/09/rb-investiga-7-eolicas/>
- 11 <https://reporterbrasil.org.br/pesquisa/biblioteca/>
- 12 Repórter Brasil, Energia renovável já afeta 34% de áreas protegidas no Brasil, mostra Observatório: <https://reporterbrasil.org.br/2026/03/reporter-brasil-inesc-poemas-lancam-observatorio-transicao-energetica/>
- 13 Repórter Brasil, Energia renovável afeta 1 a cada 3 territórios protegidos no Brasil, diz estudo: <https://reporterbrasil.org.br/2025/08/energia-renovavel-afeta-territorios-protegidos-brasil/>
- 14 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14993.htm
- 15 Frentes Parlamentares da Agropecuária, dos Biocombustíveis, do Etanol e da Economia Verde. <https://eixos.com.br/combustiveis-e-bioenergia/biocombustiveis/agro-lanca-coalizacao-pelos-biocombustiveis-de-olho-em-politicas-climaticas/>. Coalizão Biocombustíveis, Mapa do Caminho - Redução gradativa da dependência dos combustíveis fósseis: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/57a-legislatura/transicao-energetica-e-producao-de-hidrogenio-verde/outros-documentos/mapa-do-caminho-2026-1>
- 16 Conab, Acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar, v. 12, 4o levantamento: <https://www.gov.br/conab/pt-br/atuacao/informacoes-agropecuarias/safras/safra-de-cana-de-acucar/arquivos-boletins/4o-levantamento-safra-2024-25/boletim-cana-de-acucar-4o-levantamento-2024-25>
- 17 Conab, Safra - Série histórica de grãos: <https://portaldeinformacoes.conab.gov.br/safra-serie-historica-graos.html>
- 18 Conab, Acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar, v. 12, 4o levantamento: <https://www.gov.br/conab/pt-br/atuacao/informacoes-agropecuarias/safras/safra-de-cana-de-acucar/arquivos-boletins/4o-levantamento-safra-2024-25/boletim-cana-de-acucar-4o-levantamento-2024-25>
- 19 Conab, Safra - Série histórica de grãos: <https://portaldeinformacoes.conab.gov.br/safra-serie-historica-graos.html>
- 20 Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2025: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/anuario-estatistico/anuario-estatistico-brasileiro-do-petroleo-gas-natural-e-biocombustiveis-2025>
- 21 A boiada está passando: desmatar para grilar, de Diana Aguiar e Mauricio Torres: <https://agroefogo.org.br/dossie/a-boiada-esta-passando-desmatar-para-grilar/>
- 22 Renewable Fuels Association: <https://ethanolrfa.org/markets-and-statistics/annual-ethanol-production>
- 23 Conab, Acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar, v. 12, 4o levantamento: <https://www.gov.br/conab/pt-br/atuacao/informacoes-agropecuarias/safras/safra-de-cana-de-acucar/arquivos-boletins/4o-levantamento-safra-2024-25/boletim-cana-de-acucar-4o-levantamento-2024-25>.
- 24 Comissão Pastoral da Terra/Campanha De Olho Aberto para não virar escravo: <https://www.dropbox.com/scl/fi/jhapfqtpmzay8g34jc7rc/PANORAMA-1995-2025-DO-TRABALHO-ESCRAVO-NO-BRASIL-CPT.TE.xlsx?r-lkey=fvo7dcrxj4okklvuw2j793p6v&e=1&dl=0>
- 25 Hoje foi transformada na bp bioenergy, a partir da aquisição, pela British Petroleum, da totalidade da joint-venture BP Bunge Bioenergia, em setembro de 2024, com intuito de expandir os negócios na área de biocombustíveis, incluindo etanol de 2ª geração e combustível para aviação.

- 26 Repórter Brasil, Monitor – Escravizados do etanol: https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2024/12/Monitor_Etanol_PT.pdf
- 27 Repórter Brasil, Monitor – Escravizados do etanol: https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2024/12/Monitor_Etanol_PT.pdf
- 28 Repórter Brasil, Monitor – Escravizados do etanol: https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2024/12/Monitor_Etanol_PT.pdf
- 29 Repórter Brasil, Monitor – Escravizados do etanol: https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2024/12/Monitor_Etanol_PT.pdf
- 30 Repórter Brasil, Monitor – Escravizados do etanol: https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2024/12/Monitor_Etanol_PT.pdf
- 31 Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG)/Observatório do clima: <https://seeg.eco.br/>
- 32 Mapbiomas: <https://brasil.mapbiomas.org/2025/05/15/mapbiomas-desmatamento-caiu-em-todos-os-biomas-brasileiros-em-2024/>
- 33 Fiocruz, Mapa de conflitos – Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ba-populacoes-tradicionais-resistem-ao-crescente-modelo-do-agronegocio-no-municipio-de-formoso-do-rio-preto/>; Rede Cerrado, IPAM, Instituto Cerrados e ISPN, Nota Técnica - Povos e Comunidades Tradicionais do Cerrado: Invisibilidade e Desafios: <https://tonomapa.org.br/wp-content/uploads/2025/10/Nota-Tecnica-Povos-e-Comunidades-Tradicionais-do-Cerrado.pdf>; Campanha Nacional em Defesa do Cerrado: <https://campanhacerrado.org.br/>
- 34 Mapbiomas: <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/agricultura>
- 35 CSR, UFMG, Viabilidade de sistemas ferroviários para exportação agrícola (Policy Brief): https://csr.ufmg.br/otimizainfra/wp-content/uploads/2022/03/policy_otimizainfra.pdf
- 36 Painel Dinâmico de Produtores de Biodiesel: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/paineis-dinamicos-da-anp/paineis-e-mapa-dinamicos-de-produtores-de-combustiveis-e-derivados/painel-dinamico-de-produtores-de-biodiesel>
- 37 Repórter Brasil, Monitor - A conta dos biocombustíveis: https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2025/10/Monitor_Biocombustiveis_PT.pdf
- 38 Greenpeace, Contagem Regressiva para a Extinção: https://www.greenpeace.org.br/hubfs/sem-floresta-sem-vida/contagem_regressiva_para_a_extincao_sumario.pdf
- 39 Repórter Brasil, Fazenda Estrondo coleciona crimes trabalhistas e ambientais: <https://reporterbrasil.org.br/2009/11/fazenda-estrondo-coleciona-crimes-trabalhistas-e-ambientais/>
- 40 Repórter Brasil, Estrondo: a imposição da força do agronegócio na Bahia: <https://especial.reporterbrasil.org.br/estrondo/>
- 41 Inkra, Livro Branco da Grilagem (acervo do Instituto Socioambiental): <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/o-livro-branco-da-grilagem-de-terras-no-brasil>
- 42 Brasil de Fato, Fazenda símbolo de grilagem sofre derrota “emblemática” e perde área para geraizeiros: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/10/fazenda-simbolo-de-grilagem-sofre-derrota-emblematica-e-perde-area-para-geraizeiros/>; Câmara dos Deputados, Justiça baiana dá posse de 43 mil hectares para famílias de geraizeiros no oeste do estado: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/justica-baiana-da-posse-de-43-hectares-para-familias-de-geraizeiros-no-oeste-do-estado>
- 43 Greenpeace, Contagem Regressiva para a Extinção: https://www.greenpeace.org.br/hubfs/sem-flor-esta-sem-vida/contagem_regressiva_para_a_extincao_sumario.pdf; <https://especial.reporterbrasil.org.br/estrondo/>; Fiocruz, Mapa de conflitos – Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ba-populacoes-tradicionais-resistem-ao-crescente-modelo-do-agronegocio-no-municipio-de-formoso-do-rio-preto/>
- 44 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13576.htm
- 45 Repórter Brasil, Monitor – O combustível “verde” que desmata: https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2023/01/Monitor_SeboBovino_POR.pdf
- 46 Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG)/Observatório do clima: <https://seeg.eco.br/wp-content/uploads/2026/03/SEEG13-relatorio-analitico-BR.pdf>
- 47 IBGE: <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/bovinos/br>
- 48 Mapbiomas, Pastagem (Coleção 9), 2024: <https://brasil.mapbiomas.org/estatisticas/>
- 49 Mapbiomas, Cobertura (Coleção 10.1), 2026: <https://brasil.mapbiomas.org/estatisticas/>. Estão nesta contagem as florestas (incluindo alagáveis), o Cerrado, mangues e restingas arbóreas.
- 50 Abiec, Beef Report 2025: <https://abiec.com.br/publicacoes/beef-report-2025-perfil-da-pecuaria-no-brasil/>
- 51 Reuters, Brazil probes JBS and other beefpackers for buying cattle from deforested land: <https://www.reuters.com/sustainability/climate-energy/brazil-probes-jbs-other-beefpackers-buying-cattle-deforested-land-2025-08-29/>; O Joio e o Trigo, Segundo maior frigorífico brasileiro lucra na Bolsa com lavagem de gado, desmatamento ilegal e pressão sobre terra indígena: <https://ojoioetrigo.com.br/2025/01/segundo-maior-frigorifico-brasileiro-lucra-na-bolsa-com-lavagem-de-gado-desmatamento-ilegal-e-pressao-sobre-terra-indigena/>
- 52 Repórter Brasil, Povos da Amazônia ‘julgam’ mineradoras por casos de contaminação e desmatamento no Pará: <https://reporterbrasil.org.br/2025/11/povos-amazonia-julgamento-mineradoras/>
- 53 Repórter Brasil, ‘Febre do lítio’ avança para Amazônia e afeta 21 áreas protegidas: <https://reporterbrasil.org.br/2025/10/litio-amazonia-afeta-terras-protetidas/>

- 54 Repórter Brasil, Mineradora investigada por contaminação no AM abasteceu Toyota e fornecedor da Tesla: <https://reporterbrasil.org.br/2026/03/mineradora-investigada-contaminacao-am-abasteceu-toyota-fornecedor-tesla/>
- 55 Repórter Brasil, Mineradora investigada por contaminação no AM abasteceu Toyota e fornecedor da Tesla: <https://reporterbrasil.org.br/2026/03/mineradora-investigada-contaminacao-am-abasteceu-toyota-fornecedor-tesla/>
- 56 Protocolados entre 1953 e setembro de 2025. Repórter Brasil, Minerais críticos ‘cercam’ 45 povos indígenas isolados na Amazônia: <https://reporterbrasil.org.br/2025/10/minerais-criticos-indigenas-isolados-amazonia/>
- 57 Observatório da Transição Energética: <https://observatorio.reporterbrasil.org.br/>
- 58 Repórter Brasil, Minerais críticos avançam sobre área quilombola na Amazônia maior que o DF: <https://reporterbrasil.org.br/2026/03/minerais-criticos-avancam-area-quilombola-amazonia/>
- 59 Repórter Brasil, Entre barragens e novas minas, quilombos do Pará vivem sob pressão da bauxita: <https://reporterbrasil.org.br/2026/03/quilombos-trombetas-pressao-bauxita-mineracao-rio-norte/>
- 60 Repórter Brasil, Entre barragens e novas minas, quilombos do Pará vivem sob pressão da bauxita: <https://reporterbrasil.org.br/2026/03/quilombos-trombetas-pressao-bauxita-mineracao-rio-norte/>
- 61 IBGE, Censo Demográfico 2022: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html?editacao=39859&t=resultados>
- 62 Repórter Brasil, Corrida por minerais críticos avança em Carajás e pressiona áreas de reforma agrária: <https://reporterbrasil.org.br/2026/02/corrida-por-minerais-criticos-avanca-em-carajas-e-pressiona-areas-de-reforma-agraria/>
- 63 Repórter Brasil, Corrida por minerais críticos avança em Carajás e pressiona áreas de reforma agrária: <https://reporterbrasil.org.br/2026/02/corrida-por-minerais-criticos-avanca-em-carajas-e-pressiona-areas-de-reforma-agraria/>
- 64 Research, Society and Development, v. 13, n. 9, Impactos socioambientais da construção de hidrelétricas: Uma revisão de literatura, de Ferreira et al: <https://rsdjournal.org/rsd/article/download/45992/37135/485282>
- 65 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2025/Lei/L15097.htm
- 66 https://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14948.htm
- 67 Repórter Brasil, RB Investiga #7 - Eólicas <https://reporterbrasil.org.br/2024/09/rb-investiga-7-eolicas/>
- 68 Repórter Brasil, Latifundiários do vento: eólicas no RN concentram terras e afetam agricultores: <https://reporterbrasil.org.br/2023/12/latifundiarios-ventos-empresas-eolicas-rio-grande-do-norte/>
- 69 Repórter Brasil, Bahia aprova megaprojeto de eólicas sem estudo completo de impacto ambiental: <https://reporterbrasil.org.br/2024/06/bahia-aprova-megaprojeto-eolicas-sem-estudo-completo-impacto-ambiental/>; Repórter Brasil, Megaprojeto de energia renovável ameaça abastecimento de água no sertão da BA: <https://reporterbrasil.org.br/2024/06/mega-projeto-renovavel-ameaca-agua-sertao/>
- 70 Observatório da Transição Energética: <https://observatorio.reporterbrasil.org.br/>
- 71 Observatório do Clima: <https://energiaambiente.org.br/wp-content/uploads/2026/01/Recomendacoes-OC-Mapa-do-Caminho.pdf>; WWF: <https://www.wwf.org.br/93920/WWF-Brasil-apresenta-propostas-ao-Mapa-do-Caminho-para-o-fim-dos-combustiveis-fosseis>; Mais de 100 ONGs pedem processo inclusivo para mapa do caminho à presidência da COP30: https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2026/02/Carta-Mapa-Caminho-030226-Andre-Correa-do-Lago_Final.pdf; Apib: <https://apiboficial.org/files/2025/08/Carta-COP30.pdf>; Povos e Comunidades Tradicionais: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2025/agosto/pre-cop-30-povos-e-comunidades-tradicionais-divulgam-cartas-em-defesa-da-justica-climatica/carta-precop-ao-gov-lula.pdf>; MAB: <https://mab.org.br/2023/08/07/carta-nossa-posicao-frente-aos-desafios-da-transicao-energetica-popular-na-amazonia/#>; Cúpula dos Povos: <https://cupuladospovoscop30.org/declaracao-final/>

Expediente

CAMINHO CERTO?

Soluções para uma transição energética justa escondem riscos para os direitos humanos, as comunidades tradicionais e até mesmo ao meio ambiente

ABRIL DE 2026

PESQUISA E TEXTO

Carolina Motoki

EDIÇÃO

André Campos

DIAGRAMAÇÃO

Débora De Maio

Saiba mais sobre a missão, equipe, relatórios contábeis e financiadores da **Repórter Brasil** em reporterbrasil.org.br

